

Despertar de Lilith: Da Submissão à Libertação da Mulher do Arquétipo de Eva

Awakening of Lilith: From Submission to the Liberation of Women from the Archetype of Eve

Bárbara Aline Ferreira Assunção¹

Resumo

Este estudo busca explorar a dualidade entre os arquétipos de Eva e Lilith, revelando como a repressão de Lilith reflete a repressão da feminilidade e o impacto desse fenômeno na cultura contemporânea. O objetivo geral é analisar a influência dos arquétipos de Eva e Lilith na construção cultural e social da feminilidade, explorando como esses arquétipos moldaram as normas e expectativas em relação às mulheres ao longo da história. A metodologia deste é uma revisão de literatura, focando na análise crítica das narrativas mitológicas e culturais relacionadas a Lilith e Eva. Foram examinados textos antigos, tradições religiosas, e interpretações acadêmicas contemporâneas para oferecer uma visão sobre a influência desses arquétipos na construção da identidade feminina e na opressão histórica. O estudo concluiu que a narrativa de Lilith contrasta com o papel de Eva, a mulher idealizada na submissão, representando a tensão entre a rebeldia e a aceitação, reforçando normas patriarcais que moldaram a opressão feminina.

Palavras-chave: Lilith. Arquétipo. Mito.

Abstract

This study aims to explore the duality between the archetypes of Eve and Lilith, revealing how the repression of Lilith reflects the repression of femininity and the impact of this phenomenon on contemporary culture. The overall objective is to analyze the influence of the archetypes of Eve and Lilith in the cultural and social construction of femininity, exploring how these archetypes have shaped norms and expectations regarding women throughout history. The methodology of this study is a literature review, focusing on the critical analysis of mythological and cultural narratives related to Lilith and Eve. Ancient texts, religious traditions, and contemporary academic interpretations were examined to provide insight into the influence of these archetypes on the construction of female identity and historical oppression. The study

¹ Pesquisadora científica e editora-chefe da RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber. Atua em coordenação editorial, pesquisa científica e ensino superior. Mestranda em Data, Economics, and Development Policy (DEDP) pelo Massachusetts Institute of Technology - MIT. Graduada em Jornalismo e Marketing. Especialização em Docência do Ensino Superior e Tutoria EAD pelo Instituto IBRA

concludes that the narrative of Lilith contrasts with the role of Eve, the idealized woman in submission, representing the tension between rebellion and acceptance, reinforcing patriarchal norms that have shaped the oppression of women.

Keywords: Lilith. Archetype. Myth.

1 Introdução

O mito de Lilith, simboliza uma alternativa ao arquétipo de Eva, aceito na cultura ocidental. A narrativa de Lilith, a primeira esposa de Adão segundo textos rabínicos e tradições místicas, oferece uma perspectiva crítica sobre a subjugação feminina e a opressão das mulheres ao longo da história. Este estudo busca explorar a dualidade entre os arquétipos de Eva e Lilith, revelando como a repressão de Lilith reflete a repressão da feminilidade e o impacto desse fenômeno na cultura contemporânea.

O problema central desta pesquisa é compreender como a narrativa de Lilith contrasta com o arquétipo de Eva e quais implicações essa contradição tem para a compreensão da autonomia feminina e da opressão ao longo dos séculos. A questão norteadora da pesquisa é: Como a repressão do arquétipo de Lilith e a idealização do arquétipo de Eva moldaram as percepções culturais e sociais sobre a feminilidade e a autonomia das mulheres?

O objetivo geral deste estudo é analisar a influência dos arquétipos de Eva e Lilith na construção cultural e social da feminilidade, explorando como esses arquétipos moldaram as normas e expectativas em relação às mulheres ao longo da história.

Os objetivos específicos incluem: Investigar como a narrativa de Lilith desafia o papel tradicional de Eva e a submissão feminina; examinar a influência desses arquétipos nas percepções contemporâneas sobre a autonomia e o empoderamento feminino; e avaliar como a valorização do arquétipo de Lilith contribuem para a transformação das normas de gênero e a promoção da igualdade.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de reavaliar os papéis tradicionais impostos às mulheres e considerar alternativas que possam promover uma compreensão mais inclusiva da feminilidade. A relevância do tema é evidenciada pelo interesse acadêmico e cultural na figura de Lilith como um símbolo de resistência e empoderamento feminino. A autora, uma pesquisadora científica com interesse nas representações mitológicas e culturais de Lilith, oferece uma perspectiva que contribui para o entendimento das dinâmicas de poder e gênero na sociedade moderna.

A metodologia deste estudo é uma revisão de literatura, focando na análise crítica das narrativas mitológicas e culturais relacionadas a Lilith e Eva. Foram examinados textos antigos, tradições religiosas, e interpretações acadêmicas contemporâneas para oferecer uma visão sobre a influência desses arquétipos na construção da identidade feminina e na opressão histórica.

2 Marco Teórico

2.1 O Mito de Lilith

O mito de Lilith é uma interpretação que se origina do Gênesis, a primeira parte da Bíblia Hebraica, que narra a criação do homem e da mulher (De Lilith; Layo, 2018). No entanto, a história de Lilith não está incluída no texto bíblico canônico, mas é uma adição encontrada em textos da tradição rabínica. Esses textos, como o Midrash Alfa Beta de Ben-Sira e o Zohar, oferecem uma versão alternativa sobre Lilith, que é considerada a primeira esposa de Adão, antes de Eva (Mikosz, 2017).

O Midrashim, uma coleção de interpretações sobre a Torá, menciona Lilith como uma figura que precede Eva, enquanto o Zohar, uma obra da Cabala, aborda Lilith em contextos de misticismo e esoterismo judaico. Esses textos rabínicos foram elaborados séculos antes da versão predominante da Bíblia, oferecendo uma visão sobre a criação e o papel de Lilith na tradição judaica (Mikosz, 2017).

2.2 Origem e Criação de Lilith

Lilith é descrita como a primeira esposa de Adão. Simbolicamente, ela retorna com os movimentos feministas contemporâneos, desafiando o domínio masculino e a inferiorização das mulheres (Mikosz, 2017).

A versão mais conhecida sobre a origem de Lilith vem dos textos bíblicos da mitologia cristã, onde Deus cria Lilith como a primeira mulher de Adão, não a partir de sua costela, mas de sangue e saliva, ou, conforme outras variações, de sujeira e sedimento (Mikosz, 2017).

O mito de Lilith, conforme as tradições rabínicas, coloca sua criação no mesmo dia que Adão, no sexto dia da Criação, junto com répteis e demônios (De Lilith; Layo, 2018). Na narrativa, os animais geralmente se reproduzem voltados um para as costas do outro, exceto por três: o homem, a serpente e o peixe, que se unem cara a cara, por terem recebido essa instrução divina (Mikosz, 2017).

Essa narrativa é uma parte do corpus mitológico que busca explicar aspectos não abordados na Bíblia. De acordo com essas tradições, Lilith foi criada como a primeira mulher, com seres menos nobres e considerados perturbadores, como répteis e demônios, para destacar a sua natureza rebelde e sua oposição à ordem estabelecida por Deus (Carvalho, 2018).

Na tradição, a razão pela qual os animais se reproduzem voltados um para as costas do outro, enquanto o homem, a serpente e o peixe se unem cara a cara, tem uma base simbólica da conformidade e a ordem natural estabelecida por Deus, seguem uma instrução divina de manter uma certa distância durante o ato reprodutivo, o que pode ser visto como uma expressão de um equilíbrio natural e harmonioso.

As exceções — o homem, a serpente e o peixe — são destacadas por se unirem cara a cara, o que sugere uma conexão mais íntima. A criação do homem e sua união podem ser interpretadas como uma expressão da singularidade da relação humana, que se diferencia dos outros seres. Além disso, a serpente e o peixe são incluídos nesse grupo para destacar aspectos peculiares em suas naturezas e comportamentos, ampliando o conceito de singularidade.

Conforme Assunção (2024), a figura da serpente está ligada ao arquétipo de Lilith em várias culturas. A serpente representa astúcia e tentação, e personifica o corpo de Lilith, que transcende os limites físicos e exerce influência sobre o mundo ao seu redor. Essa associação com reforça a conexão da serpente com aspectos como fertilidade, renascimento e sabedoria oculta, elementos da figura de Lilith na mitologia e espiritualidade.

Essa inclusão do homem, da serpente e do peixe como exceções à norma reflete uma diferença profunda na forma como esses seres interagem com o mundo e entre si (De Lilith; Layo, 2018). O homem, com sua capacidade de raciocínio e consciência, juntamente com a serpente e o peixe, que possuem características distintivas, são apresentados como entidades que transcendem a ordem natural estabelecida para os demais animais. A inclusão de Lilith, juntamente com répteis e demônios, simboliza uma criação que, por sua natureza e escolhas, se opõe à ordem divina estabelecida, especialmente no que diz respeito à reprodução e às relações humanas.

Segundo o mito, as relações entre Adão e Lilith foram marcadas por uma paixão que dominou Adão, levando-o a perder a razão e a se entregar à luxúria (Robles, 2019). Acreditava-se que a sedução de Lilith o afastava de seus compromissos divinos. Lilith e Adão já haviam consumado sua relação, representando simbolicamente a relação entre homem e mulher, mas nunca se reconciliaram (Matheus Neto; Costa; Ribeiro, 2020).

As versões aramaicas e judaicas da tradição oral afirmam que a relação entre eles era perturbadora, com Lilith desafiando a submissão imposta pela sociedade patriarcal (Araújo;

Almeida, 2007). Lilith recusava-se a submeter-se a Adão. Durante o ato sexual, ela queria estar por cima de Adão, argumentando que ambos haviam sido criados da terra, e reivindicava igualdade (Matheus Neto; Costa; Ribeiro, 2020), questionando: "Por que devo deitar-me embaixo de ti? Por que devo me abrir sob teu corpo? Por que ser dominada por você? Também fui feita de pó e, portanto, sou tua igual" (Mikosz, 2017).

No entanto, Adão não aceitou essa proposta, exigindo que Lilith permanecesse submissa (Matheus Neto; Costa; Ribeiro, 2020). Essa imposição gerou um conflito. Lilith se rebelou, rompendo o equilíbrio estabelecido, afastando-se de Adão e expressando sua raiva contra Deus e Adão (Mikosz, 2017).

Abandonado e temeroso, Adão reclamou a Deus. Embora Deus insistisse para que Lilith retornasse, ela se recusou a obedecer. Como consequência, Lilith foi transformada em um demônio, símbolo de pecado, transgressão e astúcia, sendo expulsa e punida com o exílio no Mar Vermelho (Araújo; Almeida, 2007).

Lilith, na tradição mítica, foi associada à sabedoria dos demônios, que se refere a um conhecimento profundo, muitas vezes considerado perigoso, e que está ligado à escuridão, à rebeldia e à subversão das normas estabelecidas (De Lilith; Layo, 2018). Este tipo de sabedoria é visto como uma forma de poder oculto, que desafia as ordens divinas e sociais, sendo, portanto, marginalizado. No caso de Lilith, esse conhecimento demoníaco é um símbolo de sua rejeição às leis patriarcais e sua conexão com forças indomáveis, que resistem à submissão.

Apesar disso, Lilith nunca esteve totalmente ausente da comunidade humana. Ela reapareceu primeiro nos sonhos e fantasias eróticas e, posteriormente, na prostituição sagrada e outras formas de prostituição (Qualls-Corbett, 1990). Sua presença, porém, foi punida pela sociedade (Araújo; Almeida, 2007).

A prostituição sagrada refere-se a práticas rituais antigas em várias culturas, onde a sexualidade era integrada ao culto religioso (Robles, 2018). Nessas práticas, mulheres, e às vezes homens, participavam de atos sexuais como parte de rituais que visavam honrar divindades ligadas à fertilidade, ao amor e à prosperidade (Qualls-Corbett, 1990).

Essas práticas eram comuns em templos dedicados a deuses e deusas da fertilidade, como Ishtar na Mesopotâmia e Afrodite na Grécia. As sacerdotisas, ou "prostitutas sagradas", eram vistas como intermediárias entre os fiéis e o divino, e seus serviços eram considerados uma forma de conexão com as forças espirituais (Qualls-Corbett, 1990).

No caso de Lilith, sua associação com a prostituição sagrada reflete sua transformação de uma figura temida em um símbolo de poder sexual e espiritual. Embora a sociedade patriarcal a tenha demonizado, ela continuou a influenciar a psique coletiva através de práticas

que reconheciam, ainda que de forma controversa, o poder da sexualidade feminina como algo sagrado e, paradoxalmente, perigoso.

Essas manifestações culturais de Lilith, tanto nos sonhos quanto nos rituais, revelam uma tentativa de integrar e, ao mesmo tempo, controlar o poder disruptivo que ela representa, mantendo-a à margem, mas sem ser erradicada da consciência coletiva.

2.3 A Santa Inquisição - Imaginário Masculino e a Caça às Bruxas

O versículo "A feiticeira não deixarás viver" (Êxodo 22:18) oferece uma visão do imaginário masculino em relação à figura da mulher como uma entidade negativa. Para além dos conflitos pessoais entre homens e mulheres e das projeções patológicas que surgem dessas desordens, houve um período na história em que a religião estabelecida foi além das palavras e partiu para a ação: a caça às bruxas (Mikosz, 2017).

2.3.1 O Cristianismo e o Paganismo na Grã-Bretanha

O cristianismo, uma religião monoteísta baseada nos ensinamentos de Jesus Cristo e nas Escrituras Sagradas conhecidas como a Bíblia, enfrentou dificuldades para se estabelecer na Grã-Bretanha devido a fatores culturais, políticos e religiosos. Antes da chegada do cristianismo, a Grã-Bretanha era dominada por tradições religiosas pagãs.

O paganismo na Grã-Bretanha era caracterizado por cultos que adoravam deuses e deusas ligados à natureza, como a fertilidade, a guerra e os elementos naturais e estavam ligados ao ciclo das estações, às colheitas e à vida tribal, com rituais e festivais que eram fundamentais para a identidade e coesão social das comunidades. A resistência à conversão ao cristianismo, portanto, foi uma questão de crença religiosa e de preservação cultural.

Quando o cristianismo começou a se espalhar pela Europa, enfrentou barreiras na Grã-Bretanha, em parte devido à fragmentação política da região, que estava dividida em vários reinos pequenos e em guerra (Robles, 2019). Além disso, os missionários cristãos encontraram resistência dos druidas, a classe sacerdotal celta, que desempenhava um papel central na preservação das tradições religiosas pagãs (Assunção, 2024^a).

Foi somente após o ano 600 d.C., quando Santo Agostinho foi enviado pelo Papa Gregório I para converter os anglo-saxões, que o cristianismo começou a ganhar terreno na Grã-Bretanha (Bakers, Lanslor, Eskelner, 2019). Santo Agostinho estabeleceu a catedral de Canterbury, que se tornou o centro do cristianismo na Inglaterra. O apoio da nobreza anglo-

saxã foi fundamental para a expansão da nova religião, já que os reis e líderes começaram a adotar o cristianismo e incentivaram suas cortes a fazer o mesmo.

No entanto, a conversão das massas foi um processo mais lento (De Lilith; Layo, 2018). Enquanto a nobreza se convertia ao cristianismo, as classes populares continuavam a praticar seus cultos pagãos, que ofereciam um sentido de continuidade e segurança em um mundo instável. A convivência entre o cristianismo e o paganismo foi comum durante séculos, com muitas tradições pagãs sendo incorporadas ou transformadas pelo cristianismo em uma tentativa de facilitar a transição cultural e espiritual. Dessa forma, o cristianismo e os cultos pagãos coexistiram por algum tempo, com a nova religião gradualmente substituindo as antigas práticas ao longo dos séculos (Carvalho, 2018).

Para evitar descontentamento com seus senhores feudais, essas pessoas aparentavam seguir o cristianismo em igrejas de aldeia aos domingos, enquanto nas noites de lua cheia se reuniam nas campinas para cultuar o antigo Deus de chifres (Mikosz, 2017).

2.3.2 O Deus de Chifres e a Demonização

O antigo Deus de Chifres, é uma figura central em várias tradições religiosas pré-cristãs da Europa (Assunção, 2024). Esse deus, geralmente associado à natureza, fertilidade, caça e ao ciclo da vida e morte, é conhecido por diversos nomes e formas em diferentes culturas.

Uma das representações mais conhecidas desse Deus de Chifres é Cernunnos, da mitologia celta, sendo descrito como um ser com chifres de cervo, simbolizando sua conexão com os animais e a natureza selvagem (Assunção, 2024^a). Ele era reverenciado como o Senhor dos Animais e o guardião dos lugares selvagens, representando a força vital da terra e a continuidade da vida através dos ciclos naturais. Cernunnos também era associado à prosperidade e à abundância, sendo invocado em rituais de fertilidade para garantir colheitas abundantes e a procriação de rebanhos.

Na mitologia greco-romana, outra figura com características semelhantes é o deus Pã, que possuía chifres de bode e era associado à natureza, aos pastores e à música rústica (Robles, 2019). Pã era também uma divindade ligada ao desejo sexual e à fertilidade, representando os instintos mais primitivos e a conexão com a terra. Ele era uma figura ambígua, tanto inspiradora de êxtase quanto de medo, especialmente em lugares selvagens e inexplorados.

Esses deuses de chifres, em suas várias manifestações, tornaram-se símbolos de resistência cultural quando o cristianismo começou a se expandir pela Europa. O culto a essas

divindades permitiu que as populações rurais mantivessem suas práticas ancestrais em um mundo que estava mudando sob a influência da nova religião.

Com o avanço do cristianismo, o Deus de Chifres passou por uma transformação simbólica, sendo demonizado pelas autoridades eclesiásticas. Os chifres, que outrora simbolizavam a conexão com a natureza e o poder da vida, começaram a ser associados ao diabo na iconografia cristã. Essa demonização foi uma tentativa de desacreditar as antigas religiões e consolidar o poder do cristianismo sobre as crenças locais. Mesmo assim, as tradições relacionadas ao Deus de Chifres sobreviveram, disfarçadas ou sincretizadas com práticas cristãs, e continuaram a ser celebradas em rituais secretos ou em festivais que mantinham viva a memória dessas antigas divindades.

Essas reuniões, conhecidas como sabás, eram rituais de fertilidade que incluíam banquetes, danças e outras celebrações que a fé cristã, com sua visão sombria, rejeitava. Com o tempo, o culto pagão foi sendo abandonado, e com as Cruzadas, o cristianismo ganhou ainda mais força.

Este processo foi influenciado por vários fatores, dentre eles, as autoridades cristãs, tanto religiosas quanto políticas, trabalhara para converter as populações locais, utilizando uma combinação de persuasão, legislação e coerção (Carvalho, 2018). Os governantes que adotaram o cristianismo também viam a nova fé como uma ferramenta de controle social, o que os levou a promover e impor o cristianismo em seus domínios (Assunção, 2024). Além disso, a Igreja oferecia uma estrutura social e moral que com as promessas de salvação eterna e o poder da instituição eclesiástica, atraiu muitas pessoas que antes praticavam religiões locais ou cultos pagãos.

As Cruzadas, por sua vez, tinham como objetivo a recuperação da Terra Santa, especialmente Jerusalém, que estava sob o controle muçulmano (De Lilith; Layo, 2018). No entanto também serviram como um meio de expandir a influência cristã e combater o Islã e outras religiões que eram vistas como ameaças ao cristianismo. A retórica cruzada exaltava a defesa e a expansão da fé cristã, incentivando a união dos cristãos europeus sob a liderança da Igreja.

As Cruzadas ajudaram a fortalecer o cristianismo, promovendo um senso de identidade comum entre os cristãos europeus, reforçando a ideia de que eles estavam unidos em uma missão divina (Robles, 2019).

À medida que a Igreja Católica se tornava mais influente, as práticas pagãs foram cada vez mais perseguidas. Os rituais pagãos foram proibidos, e seus praticantes enfrentavam punições severas. Com o tempo, muitas tradições pagãs foram transformadas em festividades

cristãs, perdendo suas conexões originais. Esse processo de cristianização das práticas culturais, com a pressão social e religiosa, levou ao abandono dos cultos pagãos em favor do cristianismo, que se firmou como a religião dominante na Europa medieval (Bakers, Lanslor, Eskelner, 2019).

Assim, Cernunnos, o benigno e jovial Deus de chifres, foi transformado pela Igreja em Satanás. No entanto, não o Satanás tradicional da Bíblia, mas um novo Satanás reinventado com chifres, cascos e uma cauda pontuda, mais semelhante aos sátiros da mitologia grega.

Os sátiros eram espíritos da natureza associados ao deus Dionísio, o deus do vinho, da fertilidade e da celebração. Na mitologia, eram representados como criaturas metade homem, metade animal, com características físicas que incluíam pernas de cabra, chifres, cauda, e um semblante lascivo. Eles simbolizavam a exuberância da vida selvagem e os impulsos primitivos e instintivos, como a sexualidade e o desejo. Os sátiros eram conhecidos por sua natureza brincalhona, sendo retratados perseguindo ninfas ou participando de festas e bacanais. Esses elementos de sua aparência e comportamento foram, em parte, adotados na representação medieval de Satanás.

O Satanás tradicional da Bíblia, por outro lado, é descrito de maneira bem diferente. Nas escrituras bíblicas, especialmente no Antigo Testamento, Satanás é visto mais como um adversário ou acusador. No Livro de Jó, por exemplo, ele é um membro da corte celestial que desafia a fé de Jó com a permissão de Deus, atuando como uma espécie de promotor. No Novo Testamento, Satanás é identificado como o tentador e inimigo de Cristo, assumindo um papel mais malévolo, associado ao pecado, ao mal e à rebelião contra Deus. No entanto, essas descrições não enfatizam características físicas detalhadas; Satanás é uma figura espiritual, não retratada com uma forma física específica.

Com o passar do tempo, e durante a Idade Média, a imagem de Satanás foi reinventada, em parte devido à influência de figuras mitológicas como os sátiros (Assunção, 2024). A Igreja medieval começou a representar Satanás com características físicas que evocavam as associações negativas com o paganismo e o mundo natural selvagem, algo que estava em contraste com a ordem divina e cristã (Bakers, Lanslor, Eskelner, 2019).

Assim, Satanás passou a ser visualizado com chifres, cascos, uma cauda pontuda e uma aparência geral mais bestial, semelhante aos sátiros gregos. Essa imagem foi utilizada como uma ferramenta de propaganda para demonizar Satanás e para associar o mal com as práticas pagãs e as figuras mitológicas que a Igreja desejava erradicar. Essa representação de Satanás, tornou-se predominante na imaginação popular da Europa cristã medieval e permaneceu influente nas representações culturais subsequentes do diabo.

Esse Satanás passou a ser associado a comportamentos depravados e as reuniões de bruxas foram retratadas como encontros de marginais, ladrões e inimigos da autoridade, onde pessoas viciadas buscavam adquirir poderes ocultos, explorar inocentes e lançar encantamentos contra seus inimigos (Mikosz, 2017).

2.3.3 A Caça às Bruxas e a Perseguição

Durante o período de inquietação demoníaca, que corresponde à Idade Média e ao Renascimento na Europa, feitiçaria, encantamentos amorosos, magia negra e sortilégios eram práticas disseminadas, entre as classes populares e nas cortes reais e aristocráticas (De Lilith; Layo, 2018; Bakers, Lanslor, Eskelner, 2019). O contexto cultural da época estava impregnado por uma crença no sobrenatural, onde a influência do diabo e dos espíritos era vista como uma realidade tangível que podia ser invocada ou combatida por meio de rituais e encantamentos.

Na Inglaterra, por exemplo, a rainha Isabel I era cercada por astrólogos e alquimistas que prometiam descobrir segredos do universo e influenciar o destino (Robles, 2019). John Dee, um matemático, astrólogo e ocultista famoso, atuava como conselheiro de Isabel, e é sabido que praticava a magia angélica, tentando se comunicar com espíritos através de complexos rituais esotéricos. Dee buscava respostas para questões políticas e pessoais, acreditando que os anjos poderiam guiar as decisões da rainha e fortalecer seu reinado.

Na França, a rainha Catarina de Médici era conhecida por seu interesse em práticas ocultas. Ela consultava astrólogos e magos para obter previsões e encantamentos que garantissem seu poder e segurança. Um dos mais famosos magos associados a Catarina foi Cosimo Ruggieri, que realizava rituais mágicos em seu nome, incluindo o uso de poções e talismãs para manipular os afetos e lealdades na corte francesa.

Na Escócia, o rei Jaime VI, que mais tarde se tornaria Jaime I da Inglaterra, foi obcecado pela feitiçaria e pela ideia de que bruxas poderiam ameaçar seu trono. Ele escreveu um tratado intitulado "Daemonologie," onde explorava a teoria e prática da feitiçaria, incentivando a caça às bruxas em seu reino. Acredita-se que ele tenha supervisionado pessoalmente processos contra bruxas que usavam encantamentos para manipular o clima e tentar assassinar o rei.

Na Itália, a magia estava enraizada na vida cotidiana, tanto nas práticas populares quanto nas cortes aristocráticas (Assunção, 2024). A cidade de Nápoles, era famosa por suas tradições de magia e necromancia. Um exemplo de encantamento amoroso vem do uso de poções feitas com ingredientes considerados mágicos, como a mandrágora, que tinha o poder de induzir paixão intensa ou manipular a vontade de uma pessoa amada.

Esses exemplos ilustram como a magia permeava todos os níveis da sociedade europeia. O estudo etnográfico dessas práticas revela a forma como essas crenças eram usadas como ferramentas políticas e pessoais, refletindo a interseção entre superstição, poder e cultura no período.

2.3.4 O Processo Inquisitorial

Em resposta ao renascimento do paganismo, a Igreja, sob a liderança do Papa Inocêncio VIII, declarou guerra ao satanismo em 5 de dezembro de 1484, com a bula papal “Summis Desiderantes Affectibus” (Mikosz, 2017).

A bula papal foi um documento oficial da Igreja Católica que marcou o início de uma campanha contra a feitiçaria e tinha o objetivo de dar respaldo legal e religioso à perseguição de bruxas e feiticeiros, autorizando a Inquisição a investigar, processar e punir pessoas acusadas de práticas de bruxaria.

Na *Summis Desiderantes Affectibus*, o Papa Inocêncio VIII lamentava a propagação de "crimes hediondos" cometidos por pessoas que, segundo ele, renunciavam à fé cristã e se entregavam a práticas de bruxaria e cultos demoníacos. A bula menciona que essas práticas eram comuns na região da Alemanha, onde dois personagens importantes, os inquisidores Heinrich Kramer e James Sprenger, estavam perseguindo bruxas. Com a bula, o Papa concedeu a esses inquisidores o poder de agir com a autoridade total da Igreja para investigar, processar e punir suspeitos de bruxaria.

A Summis Desiderantes Affectibus também é vista como um marco no desenvolvimento do conceito de satanismo como uma prática organizada que desafiava a autoridade da Igreja, uma noção que foi explorada pelos inquisidores e que alimentou a caça às bruxas em toda a Europa.

Esse princípio levou à Inquisição na Idade Média, que visava caçar mulheres consideradas bruxas, e os homens que com elas mantinham relações de compreensão e proximidade, partindo da convicção bíblica de que ela estava condenada (Araújo; Almeida, 2007).

Em 1489, surgiu o livro *Malleus Maleficarum*, (O Martelo das Bruxas) escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, destinado a ser um guia para os inquisidores na busca por bruxas e incorporações demoníacas (Mikosz, 2017).

Este livro baseia-se em pressupostos irracionais e é dividido em seções que detalham como as bruxas se iniciam, seus métodos de trabalho, formas de proteção preventiva, métodos

de sedução utilizados pelo diabo, e as práticas das bruxas com seus próprios corpos, com os outros, com animais e os danos que causam à natureza (De Lilith; Layo, 2018). Além disso, aborda os tipos de bruxaria praticados por homens e a remoção de feitiçaria (Mikosz, 2017). Roberto Scuteri descreve este texto como uma obra de psicopatologia sexual masculina (Scuteri, 1985).

Entre os métodos de sedução utilizados pelo diabo, o *Malleus Maleficarum* descreve estratégias que seriam empregadas para atrair e enganar as pessoas, como por exemplo, o diabo, segundo o livro, pode se transformar em uma forma atraente ou desejável para seduzir suas vítimas (Carvalho, 2018). Isso poderia ser uma bela figura feminina ou uma criatura que representa algo desejado pelo alvo.

O *Malleus Maleficarum* foi criticado por sua ênfase na superstição (Robles, 2019). Embora tenha sido um dos principais textos usados durante a caça às bruxas, suas premissas foram baseadas em interpretações distorcidas e, muitas vezes, fabricadas de fenômenos culturais.

Um exemplo ilustrativo é a história de um homem que, tentado pelo diabo disfarçado de mulher, ficou perturbado ao perceber que a tentação não cessava. Lembrando de um sermão sobre o uso de sal consagrado, ele se defendeu com o sal e, ao fazê-lo, a mulher demoníaca desapareceu, amaldiçoando o diabo que lhe havia ensinado tal método (Mikosz, 2017).

O uso do sal como elemento de limpeza espiritual e proteção contra influências malignas remonta tradições e crenças religiosas ao longo dos séculos (Garcia, 2015). Na antiguidade, o sal era valorizado por suas propriedades simbólicas e espirituais. Em muitas culturas, era considerado um elemento capaz de afastar o mal e proteger os indivíduos de influências negativas.

No contexto cristão, o sal é mencionado várias vezes na Bíblia. No Evangelho de Mateus, Jesus faz referência ao sal em um contexto espiritual, dizendo: "Vós sois o sal da terra" (Mateus 5:13). Esse versículo sugere a função do sal como um elemento que preserva e dá sabor, relacionado à preservação da moralidade e da fé.

Além disso, a prática de usar sal consagrado para proteger contra espíritos malignos e influências demoníacas pode ser rastreada até práticas medievais e rituais antigos (Bakers, Lanslor, Eskelner, 2019). A crença era que o sal possuía propriedades sagradas que poderiam repelir o mal e trazer proteção espiritual (Garcia, 2015), refletindo a história mencionada, onde um homem usa sal consagrado como defesa contra uma entidade demoníaca disfarçada de mulher.

Assim, a atração que um homem sentia por uma mulher muitas vezes não era vista como um fenômeno biológico natural, mas como um sinal de influência diabólica. A Igreja tentou estabelecer uma relação teológica e jurídica para os crimes cometidos por essas "bruxas", criando um cânone criminal baseado em várias causas (Mikosz, 2017), detalhando os crimes que seriam considerados bruxaria, incluindo encantamentos, pactos com demônios e a realização de rituais ocultos. Tais atos eram classificados como heresia, pois desafiavam a ordem divina estabelecida pela Igreja.

Para a administração dessas acusações, o cânone definia procedimentos para o julgamento, incluindo a coleta de provas e a condução de interrogatórios, muitas vezes acompanhados de tortura para obter confissões (De Lilith; Layo, 2018). A tortura era vista como um meio necessário para revelar a verdade e forçar a confissão de práticas de bruxaria. Os inquisidores, atuando sob a autoridade da Inquisição, eram responsáveis por investigar as acusações, conduzir os interrogatórios e recomendar as punições (Assunção, 2024).

Uma característica central do cânone era a ênfase na confissão das acusadas, considerada a principal prova de culpa, que eram pressionadas a confessar sob tortura, e uma vez obtida a confissão, o processo avançava para a condenação e execução. As punições para os crimes de bruxaria eram severas, incluindo a execução por fogo, com o objetivo de punir os indivíduos e de servir como um aviso para a população sobre os perigos da heresia.

Acreditava-se que a carência de fé católica, a ambição e a luxúria, especialmente o desejo sexual desenfreado, poderiam transformar mulheres em prostitutas, adúlteras e concubinas de homens poderosos (Qualls-Corbett, 1990). As bruxas, de acordo com essas crenças, dominavam a mente dos homens, causavam impotência, mutilavam órgãos reprodutivos, transformavam homens em bestas, destruíam o instinto gerativo feminino (Mikosz, 2017). e ofereciam recém-nascidos ao demônio (Araújo; Almeida, 2007).

Acreditava-se que as bruxas podiam lançar feitiços para induzir sentimentos e comportamentos em suas vítimas, que poderiam ser projetados para causar desejos incontroláveis ou provocar doenças.

Além disso, as bruxas eram frequentemente associadas a práticas de manipulação psicológica. A crença popular sustentava que elas poderiam usar técnicas de sugestão ou manipulação mental para exercer controle sobre os pensamentos e ações das pessoas. Isso incluía a capacidade de induzir pesadelos ou visões que poderiam influenciar a mente das vítimas, perturbando seu equilíbrio emocional e psicológico.

As bruxas também eram vistas como capazes de invocar demônios ou espíritos malignos para ajudar em suas atividades. Acreditava-se que esses seres poderiam colaborar na realização de suas intenções malignas (Carvalho, 2018).

Como resultado, a Inquisição perseguiu de maneira brutal e desproporcional mulheres em comparação com homens. No tribunal do Santo Ofício, os inquisidores consideravam bruxa qualquer mulher que demonstrasse rebeldia contra a ordem patriarcal, sendo vista como o primeiro sinal de bruxaria. Se a mulher fosse ruiva, a suspeita se tornava uma certeza (Araújo; Almeida, 2007).

O funcionamento do Tribunal do Santo Ofício era caracterizado por uma estrutura rígida, sendo composto por inquisidores, que eram clérigos nomeados pela Igreja para conduzir julgamentos. O tribunal era guiado por um código de normas que visavam a identificação e erradicação de heresias (Robles, 2019).

No processo inquisitorial, a acusação de bruxaria começava com a suspeita de comportamentos ou características consideradas anormais às normas sociais e religiosas da época. Os julgamentos eram realizados em segredo, e os acusados tinham poucas oportunidades para se defender. Geralmente envolvia torturas extremas até que a mulher confessasse suas supostas relações com o demônio. Após essa confissão inicial, os martírios eram intensificados até que a mulher admitisse relações sexuais com o demônio (Araújo; Almeida, 2007).

A Inquisição foi responsável por um número significativo de perseguições e execuções ao longo dos séculos, refletindo a luta da Igreja Católica contra práticas que considerava subversivas (Assunção, 2024). Esse período foi marcado por medo, paranoia e crueldade, com males perpetrados "em nome do bem", que superavam todas as acusações feitas contra as supostas bruxas (Mikosz, 2017). Com o tempo, a Inquisição perdeu influência e foi substituída por instituições legais mais humanitárias.

2.4 Identidade e Representação de Lilith no Contexto Cultural

O processo de formação da identidade é facilitado pelas vias de representação, ou seja, pelas práticas de significação e pelos sistemas culturais e simbólicos que geram conceitos, noções e interpretações. São essas representações que concretizam o que vivenciamos e o que somos (Matheus Neto; Costa; Ribeiro, 2020), reforçando as identidades pessoais e coletivas (Matheus Neto; Costa; Ribeiro, 2020).

No contexto do mito de Lilith, essas vias de representação são significativas. O mito a descreve como uma figura rebelde e independente, que desafia os papéis tradicionais impostos às mulheres e reflete a ambivalência cultural em relação à feminilidade e à autonomia feminina.

Lilith surgiu como uma representação de aspectos da identidade feminina considerados ameaçadores pelo patriarcado. A narrativa de Lilith como uma mulher que não aceitou a submissão e que foi castigada e banida é um exemplo de como as representações culturais moldam a compreensão da identidade. E podem influenciar a maneira como as mulheres são vistas na sociedade, refletindo expectativas culturais sobre gênero e comportamento.

A forma como Lilith é retratada - como uma sedutora demoníaca ou uma ameaça à ordem estabelecida - ilustra como representações simbólicas podem ser manipuladas para servir aos interesses do poder patriarcal e controlar a identidade feminina (De Lilith; Layo, 2018).

Por exemplo, tais representações estabelecem a identidade da mulher ideal como sendo feminina, recatada, dócil, carinhosa e cuidadosa, como nas princesas das animações, em contraste com figuras como bruxas e vilãs, como Lilith, que são retratadas como sexualmente liberadas, independentes e não interessadas em um par romântico (Matheus Neto; Costa; Ribeiro, 2020).

2.4.1 A Jornada de Lilith

A jornada de Lilith na história reflete também uma jornada feminina. A jornada de Lilith pode ser entendida como um espelho das experiências e desafios enfrentados pelas mulheres ao longo do tempo. Lilith é retratada nas tradições aramaicas e judaicas como a primeira esposa de Adão, criada simultaneamente com ele (Carvalho, 2018).

Ao contrário da narrativa tradicional do Gênesis, que apresenta Eva como a companheira de Adão, as tradições a mencionam como uma figura que se recusa a se submeter a um papel subordinado (Robles, 2019). E sua recusa em se submeter resulta em sua expulsão do Éden, que mais do que punição; é um símbolo de marginalização. Lilith é então associada a figuras demoníacas e à sedução perversa, refletindo a forma como a força feminina foi reprimida e demonizada pela sociedade patriarcal.

Entretanto, mesmo após sua expulsão, Lilith continua a aparecer em sonhos e práticas culturais, indicando que sua presença persiste apesar da marginalização. Trata-se de um testemunho da resiliência feminina, que, apesar de ser reprimida, continua a desafiar as normas culturais e sociais.

No Zohar, sua origem está ligada à mitologia lunar. Trata-se de texto na tradição do misticismo judaico conhecido como Cabala. Escrito em aramaico, o Zohar é uma coleção de comentários místicos e esotéricos sobre a Torá (os cinco primeiros livros da Bíblia Hebraica) (Carvalho Xavier, 2024). A obra é atribuída ao rabino Shimon bar Yochai, embora muitos estudiosos acreditem que tenha sido compilada e escrita por Moisés de Leon no século XIII, na Espanha.

Na mitologia associada ao Zohar, Lilith é vinculada à lua e representada como uma figura associada à escuridão e à lua, o que reflete sua conexão com o lado oculto e misterioso da natureza feminina.

O Zohar e outros textos cabalísticos sugerem que Lilith foi criada antes de Eva e que sua natureza lunar simboliza aspectos de rebeldia. Nessa versão, Deus criou o Sol e a Lua iguais, mas não se sentiam confortáveis um com o outro (Martins, 2006). Deus então disse à Lua: “Vai e torna-te menor”, e ela se sentiu humilhada. Ao afastar-se do Sol, a luz da Lua diminuiu e cascas começaram a se formar nela, das quais nasceu Lilith. A intervenção divina retirou pela primeira vez a liberdade de escolha de Lilith, e sua personalidade ardente, sombria e noturna deriva do ressentimento da Lua (Matheus Neto; Costa; Ribeiro, 2020).

Contam Matheus Neto; Costa; Ribeiro (2020) que após a rejeição de Lilith, Deus criou uma segunda mulher, com o objetivo de corrigir os erros cometidos na criação de Lilith, e que seria mais adequada a Adão.

Na mitologia, lua nova, é associada a aspectos de escuridão, mistério e mudanças. Na cultura e na simbologia, pode representar o lado oculto da psique e as emoções que são menos visíveis, mas influentes (Assunção, 2024).

Na contemporaneidade, a ideia de que mulheres associadas a Lilith possuem uma personalidade noturna e sombria pode ser entendida como uma metáfora para atributos que desafiam normas convencionais e que exploram aspectos menos aceitos da psique feminina.

Mulheres que se identificam com Lilith ou que são influenciadas por essa figura podem sentir uma conexão com aspectos mais profundos da sua natureza, manifestando comportamentos e características que podem ser vistos como rebeldes. Esses traços podem incluir uma maior disposição para explorar a escuridão interior e uma rejeição das expectativas tradicionais de comportamento feminino.

Portanto, a associação de Lilith com a lua e suas características sombrias e noturnas pode refletir uma visão de como certos aspectos da personalidade feminina podem ser influenciados por simbolismos culturais e mitológicos.

2.5 Anima, Animus e o Arquétipo de Lilith

Na psicologia analítica de Carl Jung, os conceitos de anima e animus são fundamentais para entender como características do gênero oposto influenciam a psique de cada indivíduo. A anima representa o aspecto feminino presente na psiquê masculina (Araújo; Almeida, 2007).

Segundo Jung (1976), todos os homens possuem, em seu inconsciente, imagens e qualidades associadas à feminilidade, como intuição, receptividade e sensibilidade. Essa dimensão feminina, conhecida como anima, influencia a maneira como os homens percebem e se relacionam com o feminino, tanto nas mulheres ao seu redor quanto em suas emoções e comportamentos.

Por outro lado, o animus refere-se ao conteúdo psíquico masculino dentro da psiquê feminina (De Lilith; Layo, 2018). Cada mulher carrega em seu inconsciente imagens e características associadas ao masculino, como racionalidade, assertividade e independência. O animus influencia como a mulher interage com o mundo, moldando sua percepção em relação a aspectos típicos da masculinidade (Araújo; Almeida, 2007). Esse conceito ajuda a explicar como a presença de qualidades masculinas pode impactar o comportamento e as relações de uma mulher.

Esses arquétipos, anima e animus, ajudam a compreender como as características do gênero oposto estão presentes e ativas na psique de cada pessoa, influenciando suas emoções, comportamentos e interações com os outros.

O fator determinante das projeções da anima — isto é, o inconsciente representado pela anima — aparece em sonhos, visões e fantasias, demonstrando qualidades características de um ser feminino, sendo a anima uma produção espontânea do inconsciente (Jung, 1976).

Em outras narrativas míticas, Lilith é retratada como uma mulher que ataca homens em sonhos e fantasias eróticas, seduzindo-os e causando confusão mental, culpa, depressão, psicose e destruição. (Araújo; Almeida, 2007).

Ela aparece na forma de uma mulher sedutora que perturba o sono dos homens, provocando distúrbios emocionais e psicológicos, como confusão mental, culpa, depressão, psicose e destruição (Assunção, 2024). A figura de Lilith, nesse contexto, simboliza um tipo de ameaça psicológica que afeta o bem-estar dos homens, associada a uma sedução irresistível (Martins, 2006).

Essa representação pode ser compreendida no âmbito da psicologia analítica de Jung através do conceito de arquétipo. Lilith, como uma figura arquetípica, pode ser vista como uma manifestação do lado sombrio e primal da feminilidade, que Jung descrevia como a anima no

contexto masculino. O arquétipo de Lilith pode representar aspectos da psique feminina que refletem medos e desejos relacionados à sexualidade e ao poder.

Na modernidade, mulheres que se identificam com a figura de Lilith podem reapropriar esse arquétipo de maneiras que refletem tanto as qualidades sombrias quanto o empoderamento. Cultuar Lilith ou se inspirar nela pode servir como uma forma de reivindicar o poder feminino, desafiando normas patriarcais e expressando aspectos da feminilidade que foram historicamente reprimidos. Nesse sentido, Lilith como arquétipo pode ainda influenciar a maneira como mulheres se relacionam com sua identidade e com as expectativas sociais.

Assim, a jornada de se conectar com Lilith pode ser tanto uma forma de reivindicação e empoderamento quanto um caminho para enfrentar e superar as complexidades emocionais associadas ao seu mito (Martins, 2006).

A visão moderna de Lilith e a maneira como ela é cultuada podem, portanto, ser vistas como uma continuação da tradição arquetípica, representando uma dinâmica de atração e repulsa, poder e vulnerabilidade, que ressoa com as experiências e expressões femininas contemporâneas.

Neste contexto, o medo da alma historicamente levou à degradação da mulher, se manifestando na masculinização do mundo e na depreciação do feminino, que é reduzido a termos de maternidade e serviços domésticos (Carvalho, 2018). Assim, a autoestima da mulher é prejudicada, pois é vista não por suas qualidades, mas como uma imitadora do homem.

O mundo dos mitos possui suas próprias leis e realidades. No uso cotidiano, carrega o significado de algo não verdadeiro; no entanto, o mito pode ser entendido sob a ótica da "verdade psíquica" que Jung (1976) descreveu como uma representação simbólica da dinâmica e experiência psíquica. Em outras palavras, Araújo e Almeida (2007) entendem que a verdade do mito é acessível através de sua interpretação simbólica.

Relacionando o mito de Lilith à psicologia analítica, pode-se afirmar que ela representa um arquétipo feminino negativo, o lado sombrio da alma, cujo caráter arquetípico a mantém em um estado primitivo. Ela é a mulher em seu estado natural, antes de sofrer as transformações impostas pela cultura (Araújo; Almeida, 2007).

Nesse estado, Lilith se recusa a submeter-se ao homem, seja no ato sexual, seja nas relações cotidianas (Robles, 2019). Ela se vê como igual e espera ser tratada como tal. Na consciência individual e coletiva, Lilith – a sombra feminina – sofre tentativas de supressão devido à repressão cultural. A mulher, como a forma mais adequada para conter a projeção dessa essência, é considerada um perigo.

Assim, a relação de Lilith com o sexo oposto é marcada por ambivalência: amor e ódio, atração e repulsão, medo e desejo, prazer e destruição. Ela provoca angústia, opressão, terror, pânico e uma sensação de peso e depressão. Sua força sexual provoca orgasmos desenfreados e desejos promíscuos, seguidos de melancolia e mal-estar (Araújo; Almeida, 2007).

Psicologicamente, a punição de Lilith representa o recalque dos instintos primitivos femininos, como agressividade e sensualidade. A repressão desses instintos resultou na supressão da liberdade e espiritualidade da mulher na cultura patriarcal, gerando uma dependência em que seus desejos são subordinados aos interesses masculinos (Araújo; Almeida, 2007).

Em termos dos arquétipos junguianos, quando uma mulher está aprisionada nos conceitos sociais patriarcais, está alinhada com o arquétipo de Eva, que é visto como a figura da mulher submissa e que obedece aos padrões estabelecidos pelo patriarcado (De Lilith; Layo, 2018). Eva, neste sentido, simboliza a conformidade e a aceitação dos papéis tradicionais impostos às mulheres.

Por outro lado, o arquétipo de Lilith simboliza a rejeição desses papéis e a busca pela autonomia e autoexpressão. Esse arquétipo, encarna a mulher que busca reconectar-se com sua natureza instintiva, rompendo com as limitações impostas pelo patriarcado. Assim, enquanto a mulher permanece dentro dos limites sociais, está refletindo o arquétipo de Eva; quando ela se liberta e reivindica sua identidade e desejos, ela se aproxima do arquétipo de Lilith (Martins, 2006).

A dicotomia entre Eva e Lilith pode ilustrar o padrão que cria a figura da esposa dissociada da amante na sociedade ocidental. Eva representa o arquétipo da esposa devotada, a mulher que é associada aos papéis tradicionais de cuidado, maternidade e conformidade que deve estar em casa e manter a estabilidade familiar.

Por outro lado, Lilith, simboliza o arquétipo da amante — a mulher que desafia as normas e expressa a sensualidade de forma desinibida. Ela representa a figura que não se encaixa nos papéis tradicionais e é associada ao prazer e à transgressão (Assunção, 2024).

Portanto, Eva representa o conformismo e a aceitação, enquanto Lilith representa a rebeldia e a busca por liberdade. Nota-se que esse padrão resulta na separação dos papéis femininos em dois arquétipos distintos: a esposa e a amante. No contexto ocidental, isso permite que o homem mantenha a esposa em casa para cuidar da família e dos filhos, enquanto busca satisfação sexual e emocional fora do casamento com a amante.

A transição de um arquétipo para o outro reflete a luta das mulheres para reconciliar seus instintos primitivos com as expectativas sociais e para afirmar sua identidade. Contudo,

destacam Araújo e Almeida (2007) que esse padrão tem sido desafiado por aquelas que rejeitam a condição de mulher incompleta, buscando uma igualdade mais autêntica.

Na modernidade, mulheres que se conectam com Lilith o fazem através de práticas que buscam recuperar aspectos da feminilidade que foram reprimidos (Robles, 2019). Tais práticas incluem o estudo sobre Lilith, sua celebração, a incorporação de seus atributos na vida pessoal e profissional, e a promoção de uma visão de feminilidade que abraça a sensualidade e a independência, em vez de serem confinadas aos papéis tradicionais de esposa e amante.

Considerações Finais

O estudo sobre a dualidade entre os arquétipos de Eva e Lilith revela como os mitos moldaram a percepção cultural e social da feminilidade ao longo da história. A análise demonstrou que a narrativa de Lilith contrasta com o papel de Eva, a mulher idealizada na submissão. Esse contraste entre os arquétipos representa a tensão entre a rebeldia e a aceitação, reforçando normas patriarcais que moldaram a opressão feminina.

Os principais achados revelaram que Lilith, como figura de rebeldia e independência, foi te marginalizada e associada a aspectos negativos, como a feitiçaria e a transgressão. Em contraste, Eva reforçou o papel das mulheres como obedientes.

A pesquisa também mostrou que, na modernidade, a recuperação do arquétipo de Lilith têm desafiado essas normas, promovendo uma visão igualitária da feminilidade. Essa transformação cultural é necessária para a promoção da autonomia e do empoderamento feminino, evidenciando que a reinterpretação dos arquétipos pode contribuir para a mudança das normas de gênero.

Referências

ASSUNÇÃO, Bárbara Aline Ferreira. Lilith: Da Subversão à Demonização - A Ascensão do Deus Patriarcal. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 1, 2024. DOI: [10.51473/rcmos.v1i1.2024.479](https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2024.479).

ASSUNÇÃO, Bárbara Aline Ferreira. Universalismo e Tradições Celtas na Busca Humana por Significado. **RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, Brasil, v. 1, n. 1, 2024a. DOI: [10.51473/rcmos.v1i1.2024.451](https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2024.451).

BAKERS, Martin; LANSLOR, Tobias; ESKELNER, Mikael. **Vida na Idade Média**. Cambridge Stanford Books, 2019.

CARVALHO, Sueleny Ribeiro. De Lilith à Pombagira: a personagem negra e o exu feminino no romance de Jorge Amado. **Letras em Revista**, v. 8, n. 2, 2018.

CARVALHO XAVIER, Cláudio Antônio de. **Ocultismo em perspectiva e religiões antigas**. Editora CRV, 2024.

DE ARAÚJO GOMES, A. Maspoli; DE ALMEIDA, V. Ponstinnicoff. O Mito de Lilith ea Integração do Feminino na Sociedade Contemporânea. **Âncora. Revista Digital de Estudos em Religião**, v. 2, 2007.

DE LILITH, Psicopompo; LAYO, Deva. **O Chamado de Lilith: A Desconstrução da Lilith Hebraica, A Teosofia de Lilith & O Campo Ancestral Lilithiano**. Deva Layo, 2018.

GARCIA, Jeannette Queiroz. **As Rezadeiras**. Letra Capital Editora LTDA, 2015.

MARTINS, Camila Alves. **Faces of the sacred feminine: the archetype of the wild woman**. 2006. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2006.

MIKOSZ, José Eliézer. A mulher e o mal a alma negativa, o mito de Lilith e a santa inquisição. **Revista Humus**, 2017.

MATHEUS NETO, Romão; JOSÉ COSTA, Leonardo; REGINA RIBEIRO, Regiane. A desobediência de Lilith: representações do mito da primeira mulher na animação Paranorman. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 2, 2020.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **A prostituta sagrada: a face eterna do feminino**. Paulus, 1990.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos**. Editora Aleph, 2019.





